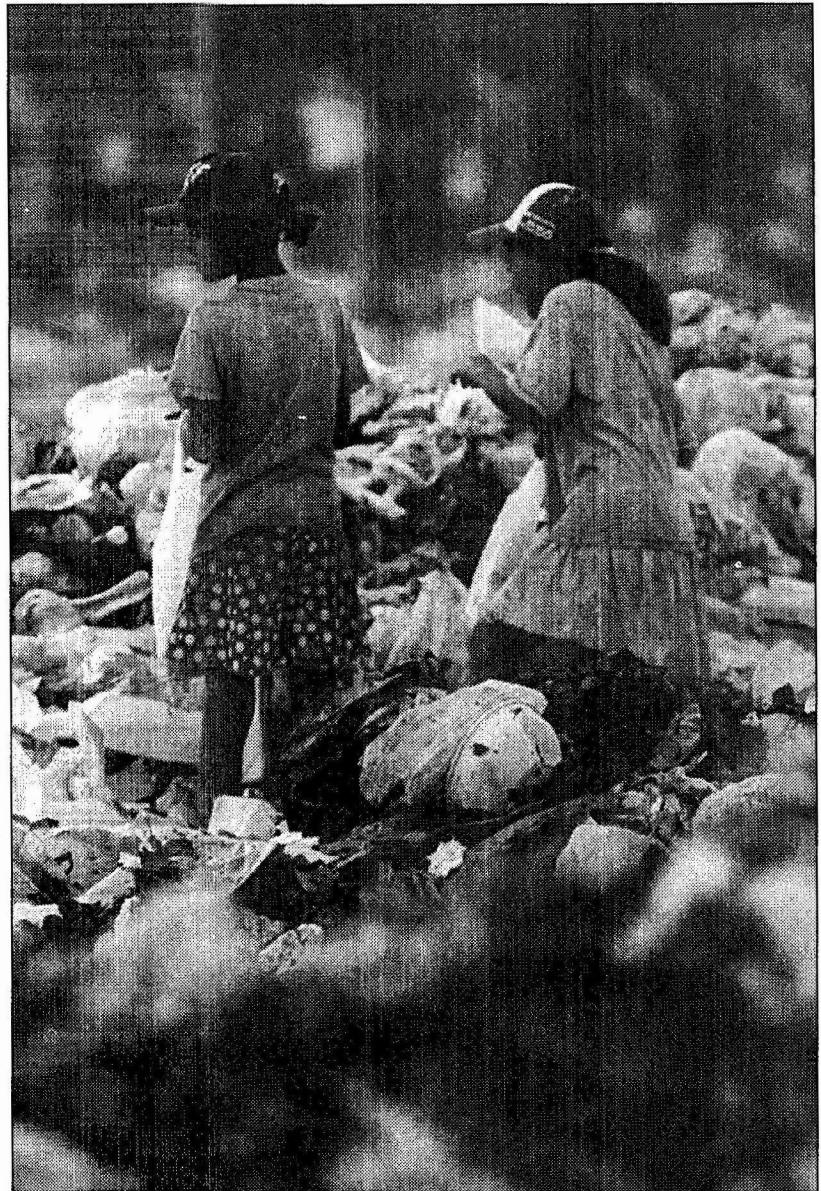


Justiça dá 15 dias para catador deixar o Lixão

Fotos: Luiz Marcos



Meninas também ajudam os pais na tarefa de catar lixo para vender

LUÍZ QUEIROZ

Por decisão do juiz João Luís Fischer Dias, da 7ª Vara da Fazenda Pública do DF, o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) tem um prazo de 15 dias para impedir o acesso de 700 catadores no Lixão da Estrutural. A empresa também recebeu notificação para adequar em seis meses o local de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para deposição de lixo.

A direção do SLU teme que ocorram mortes, caso a polícia seja acionada para cumprir a determinação e quer uma dilatação do prazo para solucionar o problema.

Contaminação - A Justiça atendeu a uma ação movida pela promotora Eunice Amorim, da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Público. Segundo ela, a ação tem por objetivo evitar grandes danos ambientais na área que pode estar sendo contaminada pelo chorume, líquido que se desprende do lixo depositado, e que pode estar atingindo mananciais, a fauna e a flora do Parque Nacional de Brasília. Próximo ao Lixão existem os córregos Vicente Pires e do Acampamento, que desaguam no Lago Paranoá.

"Os órgãos governamentais têm tratado a questão com descaso há anos e sempre adotam medidas provisórias que causam danos ao meio ambiente e à saúde pública", disse a

promotora Eunice, que parabenizou o juiz "pelo bom senso" com que tratou a questão. Para a promotora, o mais chocante é ver crianças e idosos vivendo em condições desumanas, sem a menor atenção dos poderes públicos. "Nós não podemos mais permitir esse tipo de vida", declarou.

Mortes - O diretor-geral do SLU, Luciano Sales, disse ontem que é impossível cumprir a determinação da Justiça no prazo estipulado. "Um problema que já dura 30 anos não pode ser resolvido em 180 dias", desabafou. Ele pediu ontem ao procurador do GDF, Marcelo Alencar, para que negocie com o juiz João Luís Fischer um prazo maior para a retirada dos catadores de lixo e para a reestruturação do aterro sanitário. "Um ano e meio seria o prazo ideal", disse Luciano.

Caso isso não ocorra, ele teme o confronto entre a polícia e os catadores, que não aceitarão a ordem de sair pacificamente. "Pela experiência que temos de outras cidades, onde foi usada a polícia para resolver questão como essa acabou tendo morte", disse o diretor do SLU. Para ele, a alternativa é o aumento do prazo, a ressocialização dos catadores de lixo e recursos em torno de R\$ 1,8 milhão para a instalação de novas usinas de tratamento de lixo. Citou que uma delas já está entrando em operação e deverá absorver 250 catadores do Lixão.



José Nunes, pai de cinco filhos, sobrevive do que o Lixão oferece